

O CONFLITO DE NAGORNO-KARABAKH: ANÁLISE HISTÓRICA E DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Luiz Eduardo Souza Coelho Pereira¹ (UNEB)

RESUMO

Nagorno-Karabakh é uma região disputada entre Armênia e Azerbaijão, com a tentativa da população local, majoritariamente armênia, de se anexar à Armênia. No entanto, a tentativa de separação não é legítima para a maioria dos países ao redor do globo, o que é importante para o reconhecimento de um Estado. A população de Nagorno-Karabakh acredita que a soberania do seu povo está ligada à questão étnica, embora hodiernamente apresente contrapontos que impossibilitem a independência de povos segundo essa causa. Devido a determinação étnica, e com receio de perder o seu território, o Azerbaijão realiza retaliações, também com réplicas do Estado armênio. Neste artigo foram dispostas diferentes informações de modo a reunir conhecimentos sobre a região em distintos vieses, como os resultados das negociações internacionais, paralelos com outros conflitos étnico-territoriais, política externa russa e turca e história recente na região do Cáucaso. Para isso, usou-se de teorias geopolíticas e das relações internacionais de forma a facilitar a visualização do conflito e suas implicações para os países envolvidos, direta ou indiretamente. A proposta deste artigo foi a de enxergar as possibilidades do desdobramento do conflito na região e se esse possivelmente teria uma conclusão. Nesse ínterim, percebeu-se como as grandes potências, ao se envolverem neste conflito, acirraram as disputas dos pequenos países beligerantes, em sua ânsia para se projetar internacionalmente. Nagorno-Karabakh, portanto, provavelmente continuará por tempo significativo como uma região disputada no cenário internacional dos atores locais e regionais no Cáucaso.

Palavras-chave: Geopolítica, Nagorno-Karabakh, Política internacional, Conflito Internacional, Cáucaso.

¹ * Graduando em Direito pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB; Petrolina, PE, Brasil; e-mail: luizeduardocoelho55@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6684616326259152>)

ABSTRACT

Nagorno-Karabakh is a disputed region between Armenia and Azerbaijan, with an attempt from the local population, majorly Armenian, to annex to Armenia. However, the attempt of separation is not legitimate for the most part of countries around the globe, which is important for the recognition of a State. Nagorno-Karabakh's population believes that its popular sovereignty is linked to ethnic issues, even though in the present time it has shown counterpoints that forbid the people's independence for this reason. Due to ethnic determination, and with apprehension of losing its territory, Azerbaijan performs retaliations, with Armenian replies. In this article information was arranged in a way to unite knowledge about the region in different viewpoints, such as the results from international negotiations, parallels with other ethno-territorial conflicts, Turkish and Russian foreign policy, and recent history in the Caucasus region. For this, geopolitical and international relations theories was used to facilitate the conflict visualization and its implications to the countries that are involved, directly or indirectly. The proposal of this article was to see the possibilities from the unfolding conflict in the region and if it possibly would have a conclusion. In the meantime, it was understood how great powers, by getting involved in this conflict, intensified disputes between the small belligerent countries, in their eagerness to project itself internationally. Nagorno-Karabakh thus probably kept on as a disputed region for a significant amount of time in the international scenarium of local and regional actors in Caucasus.

Keywords: Geopolitics, Nagorno-Karabakh, International politics, International conflict, Caucasus.

1 INTRODUÇÃO

O conflito étnico-político de Nagorno Karabakh (NK) existe há séculos e representa um ponto nevrálgico de instabilidade no Sul do Cáucaso. Durante o ano de 2020, ocorreu uma guerra como resultado de tensões inacabadas entre Armênia e Azerbaijão, devido a presença de uma província dentro do Azerbaijão de maioria armênia, mas de cujo território é direito do

Azerbaijão. Mesmo com um cessar-fogo no final de 2020, não se espera um momento de estabilidade na região, visto que ambas as partes não estão satisfeitas.

A proposta deste artigo é entender por que um cenário de paz é improvável na região, e entender a atuação de potências próximas, principalmente a russa durante os séculos XIX e XX, assim como trazer uma contextualização recente da política internacional dos últimos 30 anos, que envolve atores como Turquia, Rússia, países da União Europeia e os Estados Unidos.

Para melhor entendimento do tema escolhido, foram utilizadas teorias das Relações Internacionais, como a realista ofensiva de Mearsheimer e a construtivista, e também teorias geopolíticas, que envolvem a questão do petróleo no Azerbaijão e a busca de se projetar no Sul do Cáucaso de forma que Estados consigam proteger seus interesses econômicos e políticos. Outro ponto essencial que contribuirá para a fundamentação e trará perspectivas possíveis para o conflito é a aplicação da política comparada entre Kosovo e NK.

Através de pesquisa exploratória, foram selecionados motivos históricos e estruturais dos quais se é possível compreender desde o início da problemática atual que se observa entre a Armênia e o Azerbaijão pelo controle de NK. A história mostra o quão complexas as relações entre os dois Estados se estabelecem hoje. No entanto também as decisões que envolvem a política externa de potências próximas, de resoluções de organizações internacionais e das atuações desses Estados do Cáucaso, entendem-se as possibilidades para a paz ou o conflito.

Será discutido nos capítulos posteriores o contexto histórico regional do Cáucaso até o acontecimento da Revolução Russa, quando houve um breve período de instabilidade, relatando também as condições geográficas e demográficas que envolvem a Armênia e o Azerbaijão e relacionam-se a configuração étnica atual.

Depois da instabilidade pós-Revolução Russa, o Cáucaso novamente é controlado pelos russos, e o conflito posterga-se, até uma guerra total ocorrer entre 1992 e 1994, e retoma depois de um cessar-fogo de duas décadas em outra guerra no ano de 2020. Os resultados da guerra e as negociações serão postos no desenvolvimento deste artigo.

Para entender as possibilidades do conflito em NK e os argumentos defendidos pela Armênia e Azerbaijão – autodeterminação dos povos e integridade territorial, é necessário fazer uma política comparada, neste trabalho feito com o caso de Kosovo, assim como uma análise legal do conflito, para entender a visão mais defendida.

Por fim, para fundamentar a pesquisa, são utilizadas teorias das relações internacionais com o fim de alcançar melhor compreensão a respeito das ações dos Estados participantes na guerra. Em complemento a isso, usa-se também das teorias geopolíticas para explicar os motivos dos Estados se posicionarem e defenderem seus interesses políticos e econômicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO

A partir da ótima realista ofensiva de Mearsheimer, é possível perceber a importância tanto pela Armênia quanto pelo Azerbaijão em defender seus interesses, pois esses estão interligados significativamente com a sua sobrevivência. Segundo essa teoria a busca pelo poder é incansável, e ambos países poderiam ser uma ameaça um para o outro em caso de algum conseguir mais vantagens ou benefícios advindos dos resultados de guerra ou de tratados de negociações. Por isso agem agressivamente no cenário internacional e investem parte importante do seu orçamento para a área militar, de modo a defenderem seus interesses da forma que consideram ser a mais segura.

Se o cenário regional for observado sob a teoria do dilema do prisioneiro, é provável que seja a forma possível de garantir a paz armada no sul do Cáucaso, visto que ambos países não irão desistir de diminuir seu poder militar nem dificilmente desistirão de territórios – controlados pela Armênia e próprios do Azerbaijão. Dessa forma, com a militarização de um país, o outro também se militarizará pelo medo que isso tomará, gerando assim um equilíbrio de poder na paz armada, na qual a ausência de conflito se dará pelo poder militar que os 2 países possuem.

Segundo NOGUEIRA e MESARI (2005), para Waltz, o princípio ordenador numa região é a anarquia. Portanto, um Estado não conseguirá ter autoridade sobre outro. Para Robert Gilpin, a estabilidade do sistema internacional de Estados depende da existência de pelo menos uma potência hegemônica.

Não é possível, então, prever se o conflito terá um fim, e se a guerra encerrará com os períodos de cessar-fogo e animosidades. Porém, depois de negociações e dos resultados da guerra, é perceptível observar, a partir dos discursos políticos e das ambições nacionais, relacionando isso ao poder bélico de cada um, e perceber quando a região terá menos instabilidade advindo dessas disputas territoriais.

É de fundamental importância também visualizar o conflito entre Armênia e Azerbaijão do ponto de vista construtivista, o qual se baseia essencialmente nos aspectos social e historicamente construídos, diferentemente de aspectos naturais humanos ou de aspectos ressaltados por outras teorias para explicar o ambiente internacional. De acordo com NOGUEIRA e MESARI (2005), houve dois autores importantes da corrente de pensamento construtivista nas Relações Internacionais: Nicholas Onuf e Alexander Wendt. Onuf contribuiu para o pensamento construtivista ao afirmar que as pessoas são os protagonistas das relações internacionais, e o mundo é resultado das ações dessas pessoas. Já Wendt aponta que além da estrutura do sistema internacional descrito por Waltz, os atores fazem parte desse sistema, de forma co-constituída.

Usando-se dessa teoria, é notável, a partir da história da região onde há o conflito, do porquê ser esse complexo e de difícil resolução, ao observar atores com diferenças religiosas, históricas e culturais. Ao perceber que o sul do Cáucaso é formado por três Estados-Nação (Armênia, Azerbaijão e Georgia) que já foram importantes impérios durante a história, e são compostos majoritariamente por etnias (armênios, azeris [povo turco] e geórgicos) e religiões diferentes (cristianismo apostólico armênio, islamismo xiita e cristianismo ortodoxo). Depreende-se, então, que a questão étnico-nacional nesses países é essencial e é uma causa do conflito entre Armênia e Azerbaijão (BABAYEV, SCOCH e SPRANGER, 2020).

Segundo Alexander Wendt, a “política de poder”, expressão cunhada na teoria desse autor, é socialmente construída, os atores nesse conceito agem de forma heterônoma, portanto os Estados, que são os atores principais do construtivismo de Wendt, são capazes de realizar as mudanças. Como apontado por NOGUEIRA e MESARI (2005), o título de uma das obras mais famosas de Wendt responde essa situação: “A anarquia é o que os Estados fazem dela”.

Depreende-se então, que a configuração de poder na região do sul do Cáucaso é baseada nas diferenças culturais. Essa diversidade influencia diretamente na militarização dos países, que veem a proteção da sua cultura como parte essencial da existência desses Estados. A procura pela paz, no entanto, é possível, desde que os dois atores regionais resolvam e realizem ações em prol desse objetivo.

Além das questões culturais, fatores como a produção de petróleo e as diferentes alianças de atores regionais e mundiais, que são baseadas em interesses próprios, também influenciem na geopolítica regional. Um importante fator para a escolha de quem defender no

conflito Azerbaijão é a questão da geopolítica do petróleo. O Oriente Médio, lugar onde o Cáucaso é incluído em algumas definições para a região, é uma região estratégica mundial e alvo de interesses das grandes potências. O Azerbaijão se insere nesses interesses, pois é um grande produtor de petróleo, assim como é interligado por oleodutos com países próximos (Geórgia, Rússia e Turquia).

Outro ponto a se considerar é a disponibilidade de água no território de NK. Com uma economia focada na produção petrolífera para exportação, a agricultura no Azerbaijão é importante com o fim de suprir as necessidades da população. E o abastecimento da água de NK é fundamental para o país, com uma população crescente e que demanda mais a produção agrícola. A importância do fluxo de água é tão importante que os dutos de transporte dessa, além dos dutos petrolíferos, também foram alvo dos ataques armênios durante a guerra de 2020 (HIIK, 2021).

Geopoliticamente o Sul do Cáucaso é uma região fundamental, devido a sua conexão com os três continentes do Velho Mundo (Europa, África e Ásia), por isso a importância de sua estabilidade. No contexto que remonta à Guerra Fria, a Doutrina Carter do antigo secretário de Estado norte-americano Zbigniew Brzezinski, baseada na teoria de Mackinder, a contenção russa se deu em três diferentes regiões da Eurásia: a Europa Ocidental, do Oriente Médio até o Sul da Ásia, e o Extremo Oriente ao Sudeste Asiático, pelas saídas de mares ou oceanos quentes que possuem. Brzezinski, em sua tese *Game Plan*, ressalta essa deficiência soviética – e que também é uma deficiência da atual Rússia:

Segundo Brzezinski, a União Soviética detém na Eurásia uma situação geográfica simultaneamente excepcional e problemática. Excepcional, porque a Rússia é o maior e mais forte país eurasiático, além de ocupar uma posição central no grande continente basilar. Problemática, porque é um país mediterrâneo, praticamente fechado para o mundo e cercado por países periféricos que se interpõem entre o território russo e os oceanos do planeta. (ITAUSSU, 1999, p.156).

Conforme apontado pela Teoria do Poder Terrestre de Mackinder, a Rússia, país de onde se encontra a Terra Coração (Heartland), deteria imenso poder e exerceria grande influência mundial caso conquistasse os territórios circundantes, naquilo que Spykman chamaria de Terra das Bordas (Rimland). Ambas as áreas estão na Eurásia, que representa a maior parcela de extensão territorial do planeta.

Tanto a Armênia quanto o Azerbaijão estão próximos da Rússia, sendo possibilidades de contenção dessa que tem um grande poder terrestre. Através dessa análise geopolítica, compreende-se o porquê de os Estados Unidos terem ajudado países como Geórgia e Ucrânia nas últimas décadas, visto que esses países estão também na área de contenção e apresentam alternativas de saída para mares quentes à Rússia, recurso geopolítico que essa não possui em sua saída de mar em direção ao Ártico. Brzezinski ressalta a importância que potências marítimas históricas como os Estados Unidos tiveram para contenção de potências continentais como a União Soviética:

Os Estados Unidos assumem na competição o papel de herdeiros históricos das potências navais surgidas depois das grandes navegações. A União Soviética, por sua vez, emerge como sucessora das potências terrestres que ascenderam na arena europeia depois da Revolução Francesa. (ITAUSSU, 1999, p.146).

Por motivos geopolíticos, que também são econômicos, é importante hodiernamente a contenção russa no Irã e em outros países petrolíferos, pela produção do hidrocarboneto e do seu escoamento pelo Golfo Pérsico, lugar onde passam grande parte dos fluxos desse produto, o que garante aos países da região uma vantagem em comparação à Rússia, por esta possuir uma costa de oceano frio e onde não pode escoar petróleo e gás natural que o país produz, produtos econômicos vitais para a economia russa.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

A região que envolve Nagorno-Karabakh já foi dominado por turcos (otomanos), iranianos (dinastia de Qajar) e russos (Império Russo e União Soviética). Como resultado de guerras e fome, a população nômade se mudava frequentemente, mas também a população sedentária, por conta de taxaço, doenças e ataques, migrava para a parte oriental do sul do Cáucaso. Em 1826 a 1828, em guerra com o Irã, a Rússia conquista os khanatos de Yerevan e Nakichevan. Os russos se davam bem com o reino georgiano da época. O resto dos khanatos da região eram desorganizados e apenas alguns eram semiautônomos. A partir deste contexto, pode-se perceber que a dominação russa na região, enquanto o país conseguiu manter influência, trouxe um período de estabilidade e postergou os desentendimentos das etnias que lá habitavam.

Uma cidade relevante historicamente em NK, Shusha, foi um importante posto de troca com a Armênia. No final do século XIX, era habitado por armênios e tártaros, embora também tenha sido local de ocupação de assentamentos turcos. A economia de NK se baseava em agricultura e pastoreio, atividades dos povos sedentários e nômades, respectivamente. A ocupação do território com ambas as atividades causava conflitos. Nesse período havia uma migração temporária para Baku para trabalho com a indústria do petróleo.

Com a conquista do Sul do Cáucaso pelo Império Russo, esta região alcançou um período de estabilidade e mudanças socioeconômicas, após um período de guerras. Mercadores armênios ascenderam como a burguesia do Estado da Geórgia, pelo resultado que alcançaram no período, beneficiados pela conjuntura sem conflitos. “A conquista russa do Sul do Cáucaso na primeira década do século XIX trouxe um período extenso de estabilidade no Sul do Cáucaso durante um período em que a região foi protegida dos efeitos devastadores da guerra.” (SAPAROV, 2015, p. 34)

Embora os armênios se beneficiassem da unidade regional pela dominação russa, a região se tornava mais instável socialmente, pois a Geórgia se empobrecia e a nobreza desse país, como resposta ao empobrecimento local, adere as ideias do socialismo. Assim, novas mobilizações surgiam regionalmente para desafiar as políticas de assimilação russas e a dominação econômica dos mercadores armênios.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Império Russo e o Império Otomano sofreram perdas territoriais no Sul do Cáucaso. Em 1915, como decorrência das derrotas otomanas, iniciou-se o genocídio armênio, que provocou fugas em massa desses para o Cáucaso, alterando o cenário demográfico da região.

Os turcos, durante a Primeira Guerra Mundial, desistem da frente no Cáucaso e a federação Transcaucásia, composta por Azerbaijão, Armênia e Geórgia, criada durante a guerra civil russa, se fragmenta. Nesse mesmo período, potências imperialistas, como Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha, atuam localmente. Os turcos, também, anexam partes da antiga federação Transcaucásia com o que foi acertado no Tratado de Batum.

Antes do momento em que a União Soviética se consolidou como Estado durante a Revolução Russa, houve mudanças e conflitos na região do Sul do Cáucaso. Em movimentações bolcheviques feitas por emissários armênios, houve uma rebelião no distrito de Shusha, em Nagorno-Karabakh, que foi reprimida com a destruição do lugar. A Armênia,

devido ao resultado da ação, culpa seus emissários. Então, o líder bolchevique de Karabakh, Sako Hambartsumian, convocou a população local para o congresso dos armênios de Karabakh. Em um dos dias desse evento, foi proclamada a autoridade soviética na região.

No entanto, o contato com os bolcheviques cessou com a rebelião antissoviética na Armênia em fevereiro de 1921. A liderança de Autonomous Syunik proclama a República da Montanhosa Armênia (Lernahaiastan) em abril de 1921. Para resolver a rebelião em Zangezur, um distrito armênio, os bolcheviques armênios se reuniram no Kavburo, uma organização estabelecida por bolcheviques locais para observar a atuação do Partido Comunista Soviético no Cáucaso. Em junho de 1921, por meio de resolução, o partido soviético resolve suprimir a rebelião.

O Kavburo então parte para uma ofensiva, conduzida em sua maioria por unidades armênias do Exército Vermelho. As operações em Zangezur coincidiram com a comissão de fronteira em Tiflis e a decisão dos bolsheviques armênios de escolherem um representante para Karabakh. A operação é vitoriosa, e com isso os azeris desistem de conquistar o território. No entanto, após a conquista de Zangezur, os soviéticos resolvem manter o controle de Karabakh para os azeris com uma condição: garantir autonomia aos armênios que residiam lá.

Foi decidido, com o anúncio da autonomia de Karabakh, que as ligações com o território se darão em 173 vilas. No entanto, algumas áreas onde habitavam armênios, nas fímbrias das áreas povoadas por esses, não foram incluídas no projeto. O distrito de Shusha não foi incluído, embora metade da população fosse armênia, mesmo depois do pogrom de 1920 em que essa foi perseguida pelos russos.

Durante o período de crise que ocorreu na região durante o fim da União Soviética, o Soviete Supremo Armênio declarou o Conselho Nacional Armênio como entidade legítima e que representaria o povo de NK. O governo azeri, em resposta, retirou a autonomia da província de NK. Posteriormente, a Armênia entra em crise política, a partir do combate contra o governo soviético em luta por independência, até consegui-la, em 1991.

Com a implosão da União Soviética, o conflito entre os azeris e armênios, que havia parado por cerca de 70 anos, voltou a se manifestar, a partir das negociações entre os novos países para o estabelecimento de seus limites. O conflito entre a Armênia e o Azerbaijão, a partir do imbróglio territorial gerado historicamente, se transformou numa “guerra de escala completa”, que parou em 1994 com um cessar-fogo, no entanto não foi resolvida e gerou

milhões de deslocados (SAPAROV, 2015). Essa situação trouxe mais instabilidade e incertezas no que concerne a paz na região.

Os armênios queriam anexar NK de Norte a Sul com a Armênia, Lachin e Kelbajar. Possivelmente também partes ao sul e leste de NK. Enquanto os países de outras regiões do planeta começaram a prestar atenção no conflito, Boris Yeltsin fez conversas tripartites para tentar acabar com a guerra, resultante da falta de consenso nas negociações a respeito de quem ficaria com o território de Nagorno-Karabakh.

O Conselho da Segurança da ONU, como resposta à época dos acontecimentos em NK, declarou sua posição na Resolução 884 de 1993, quando defendeu o princípio da integridade territorial do Azerbaijão, e condenou a inviolabilidade das fronteiras dos Estados, que não pode ser feita pelo uso da força por outros Estados com o propósito de adquirir território.

Já havia 1 milhão de deslocados azeris, obrigados a fugir devido o avanço armênio. Os atores internacionais começaram a acreditar que a Armênia havia chegado longe demais na guerra, então o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 822, pedindo pela retirada das forças que ocupavam Kelbajar. Armênia e Azerbaijão concordaram com o pedido, embora os armênios de Karabakh não o fizeram.

A Armênia continuou com suas investidas e conseguiu controlar outros territórios, como as vilas de Fizuli, Agdam e Zangilan, adjacentes a NK, conseguindo assim integrá-la territorialmente. O Azerbaijão passava por um momento conturbado, com uma tentativa de golpe por Suret Husseinov contra Heydar Aliyev.

A Rússia, em sua participação no conflito, demonstrou que perdeu o papel de monopólio que exercia na época soviética. A Turquia tentou demonstrar uma postura neutra no conflito, porém como estabeleceu bloqueios juntamente com o Azerbaijão, a Armênia não o reconheceu como ator legítimo. A França e o Irã ofereceram ajuda para negociar o conflito. A atuação das Nações Unidas foi distante, baseando-se em resoluções. A função que deveria ser realizada pela ONU foi ocupada pela Conferência em Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

Outras organizações, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), organização militar dos países ocidentais, na Declaração do Encontro de Lisboa, em 2010, afirmou defender o princípio de integridade territorial, portanto se posicionou a favor do

Azerbaijão no conflito contra a Armênia. Para a organização, é através do respeito desse princípio que poderá haver segurança regional e estabilidade no sul do Cáucaso (OTAN, 2010).

A partir do cenário litigioso e apenas paralisado pelo cessar-fogo, a situação não possibilita, então, o fim da desconfiança mútua entre os países, voltando a se enfrentar duas décadas depois. Esse ambiente internacional beligerante na região demonstra os interesses que cada parte possui.

A partir de diferentes níveis de análise, percebe-se que o conflito em NK se deu através de causas individuais da população desses países, como discursos agressivos dos líderes e comportamentos inflamados das massas, de causas que envolvem o Estado ou a sociedade, como a luta entre grupos por recursos econômicos e principalmente pela questão étnico-nacional, em um cenário anárquico.

4 A GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA REGIONAL

O relevo no sul do Cáucaso determina os limites dos países regionais, assim como a disposição demográfica, formada de vilas isoladas, o que influencia significativamente no formato do conflito discutido no artigo. Com um relevo montanhoso, as estradas armênias e azeris são de difícil acesso. Na época da dominação russa, a administração era dividida em grandes províncias – chamadas de *gubernii* - cujas fronteiras físicas, delimitadas pelo relevo montanhoso, determinava a administração em instâncias locais, como foi o caso de Nagorno-Karabakh.

O sistema administrativo da época em que a região fazia parte do Império Russo preservava a unidade das províncias, mas criava um ambiente etnicamente diverso. Com o advento das ideias nacionalistas no fim do século XIX, as tensões acentuaram-se e houve a guerra Armênia-Tatar de 1905, envolvendo armênios e tártaros, povo turco que vivia na região naquela época. Dessa forma, medidas administrativas para organizar a região de modo a evitar conflitos deveriam ser tomadas, mas não houve mudanças significativas. Assim, as fronteiras entre os três países do Cáucaso seriam motivos para disputas territoriais violentas entre si.

Os armênios, que predominavam na província de Yerevan, reclamaram partes das províncias Elisavetpol e Tiflis como motivo de possuírem população majoritariamente armênia,

e de serem difíceis de acessar partindo de Yerevan. Da mesma forma, Azerbaijão reclama partes da Armênia com maioria azeri.

No período de dominação russa, os russos chegaram à região de modo a possibilitar um maior controle demográfico e estabilizar a região, postergando o conflito até o período de colapso da União Soviética. Porém, durante o período em que a Armênia e o Azerbaijão faziam parte da União Soviética, houve mudanças demográficas na região de NK, em decorrência da tentativa do Azerbaijão de retirar a autonomia de NK com um incremento populacional da etnia azeri:

“No final da década de 60, a população azeri da região autônoma começou a crescer exponencialmente enquanto o crescimento da população armênia estagnou. Armênios de Karabakh viram isso como uma evidência posterior de uma tentativa de abolir o seu status de autonomia em favor dos azeris – e uma vez que a balança pender para eles, seria fácil de retirar a autonomia deles” (SAPAROV, 2015, p. 162).

Com essa tentativa de ocupar o território de NK, com o período de desestruturação da União Soviética decorrente das reformas realizadas por Gorbatchev, a Armênia e o Azerbaijão começam a criar visões pessimistas diferentes um do outro, o que gerou desconfiança e provocou tensões no final da década de 80, que escalonaram em crise política na Armênia e posteriormente na independência dessa e do Azerbaijão, este último que herdou o território de NK da União Soviética.

5 A GUERRA DE 2020

Devido à importância geopolítica da região, a guerra de 2020 preocupou as grandes potências mundiais, e embora recursos como o petróleo e o equilíbrio de poder foram importantes motivos para a guerra, também o foram as diferenças culturais e religiosas dos países beligerantes, de diferentes matrizes civilizacionais. A Armênia é cristã e possui mais similaridades com a Rússia, enquanto o Azerbaijão é muçulmano e cujo povo tem origem étnica turca, características similares à Turquia. Tanto a existência da Armênia quanto a do Azerbaijão estão ligadas essencialmente a sua etnicidade.

A guerra que ocorreu em 2020 em NK, assim como a ocorrida anteriormente, pode ser categorizada como uma guerra geral. Esta, segundo MINGST (2009, p. 206), “é um conflito

armado que envolve perdas maciças de vidas e destruição em grande escala, em geral com muitos participantes, incluindo várias grandes potências”. Ocorreu mais deslocamentos de pessoas, como na guerra anterior, e construções foram destruídas, o que preocupa as potências globais, pois a região é estratégica e se encontra na região do Grande Oriente Médio, onde os três Velhos Continentes se convergem (África, Europa e Ásia).

A política externa russa no século XX foi fundamental para a configuração territorial no Sul do Cáucaso. No período em que Boris Yeltsin presidiu a Rússia, houve uma maior aproximação dessa com o Ocidente, de modo que esse conseguiu contrabalançar a influência ocidental em relação à russa no sul do Cáucaso. Já durante o período em que Putin governa, a Rússia está preocupada em manter a influência nos países em que costumava tê-la, a exemplo da Geórgia. E através da instabilidade no Cáucaso e outras localidades que os russos conseguem manter influência, como é o caso da Abkhazia e Ossétia do Sul, territórios onde há atuação russa.

Há um controle maior também das repúblicas russas do norte do Cáucaso, tendo em vista ser uma região com organizações terroristas. O norte do Cáucaso é uma região que conta com a presença de vários movimentos separatistas, e onde há suscetibilidade de ocorrer atentados, como o de Aslan em 2004, o que preocupa a Rússia pela instabilidade gerada em seu país.

Quanto a Nagorno-Karabakh, a Rússia procura boas relações com o Azerbaijão, pela questão econômica do petróleo. Na guerra de 1992 a 1994, a Rússia vendeu armas tanto para a Armênia quanto ao Azerbaijão. No final de 2000, uma nova companhia no ramo dos hidrocarbonetos, composta pelas empresas LUKoil, Gazprom e FSU, foi criada de forma a atuar na região do Mar Cáspio, o que possibilita uma presença russa no Cáucaso (ISMAILZADE, 2006).

Embora tenha interesse econômico em manter relações com o Azerbaijão, a Rússia tende a defender a Armênia, pelas proximidades culturais e religiosas, devido aos dois países serem cristãos, embora de vertentes diferentes. Manter relacionamento com esses dois países do Cáucaso é uma forma de manter influência na região e contrabalançar com a presente presença turca e sua aliança estratégica com o Azerbaijão.

A Turquia crescentemente procura criar influência no sul do Cáucaso, devido à proximidade cultural com o Azerbaijão, tendo em vista que os azerbaijanis também são povos

de origem turca. Desde 2016, quando ocorreu uma tentativa de golpe, os políticos turcos perceberam que deveriam mudar seu foco no fazer político, ao perceberem o interesse externo durante a tentativa de destituição do poder do partido que obtinha a maioria, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP). Dessa forma, seria benéfico na política externa turca a integração territorial do país com outros Estados da Ásia cujos povos também são majoritariamente compostos por etnias de origens turcas.

Em meio a uma inserção econômica turca na globalização que subordinou os interesses políticos do país na região, o partido AKP tenta reverter esta lógica articulando os investimentos e o crescimento econômico no país de acordo com o interesse nacional (KEYMAN e GUMUSCU, 2014). A mudança na política externa turca para uma postura mais assertiva e que buscasse maior influência nas regiões próximas (Sul do Cáucaso, Oriente Médio e Norte da África), ocorreu também devido o apoio estadunidense aos curdos, grupos étnicos apátridas do Oriente Médio e que também ocupam parte da Turquia, na luta pela independência enquanto Estado.

A respeito do conflito de Nagorno Karabakh, a Turquia tem aspirações geopolíticas da construção de uma grande nação turca, que envolveria países e territórios habitados por povos turcos. O Azerbaijão também é o maior supridor de gás para a Turquia, logo é importante que esse a apoie. Vale ressaltar também que os turcos não mantêm relações boas com os armênios durante a história, inclusive foram os responsáveis pelo genocídio armênio durante o final da Primeira Guerra Mundial e do colapso do Império Otomano.

A CSCE foi substituída pela Organização pela Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que compôs o Grupo de Minsk, esse composto por países que desejavam resolver o conflito em NK por meio de negociações. Em 2009, durante reunião da OSCE que contou com a presença de ministros da França, Estados Unidos e Rússia, foram estabelecidos princípios para estabelecer um cenário de paz no conflito entre a Armênia e Azerbaijão, que ficaram conhecidos como Princípios de Madri. Os pontos principais apresentados pelos ministros foram os seguintes:

“Retorno dos territórios que circundam Nagorno-Karabakh para o controle azeri; Um status interino para Nagorno-Karabakh que providencie garantias a sua segurança e auto-governo; Um corredor conectando Armênia a Nagorno-Karabakh; Determinação futura do status legal final de Nagorno-Karabakh através de uma vinculação legal de sua expressão de vontade; O direito de todos os deslocados internos e refugiados a retornar para seus lugares anteriores de

residência; Garantias de segurança internacional que poderiam incluir uma operação de manutenção da paz.” (OSCE, 2009)

O mesmo grupo entrou em negociação com a Armênia e o Azerbaijão durante o fim do cessar-fogo e retorno da guerra em 2020, a fim de oferecer possibilidades que satisfizessem os dois países. Mesmo com um tratado de negociação, ambas as partes não se satisfizeram completamente. Dessa vez, a guerra de 2020 possibilitou uma investida maior do Azerbaijão, que lutou com apoio turco e israelita, e um poder bélico maior devido ao aumento dos investimentos no setor. Os azeris conquistaram os territórios que circundam NK e antes controlados pelos armênios, no entanto NK continua sendo um território de maioria armênia e detentora de certa autonomia.

O desejo da Armênia é de poder se comunicar melhor com NK, através da estrada de Lachin, corredor que leva à província. Em contrapartida, o Azerbaijão deseja Zangezour, uma província armênia que separa o Azerbaijão de seu exclave Nakichevan. No entanto, ambos países não querem ceder suas áreas de controle.

A aliança com Israel e Turquia, que possibilitou também armas bélicas poderosas ao Azerbaijão, faz parte de um jogo de interesses que envolve essas potências, que levam em consideração a produção de petróleo azeri. Os Estados Unidos também, antes mais favorável aos armênios, mesmo levando em consideração o seu lobby composto por diásporas armênios da época do genocídio, tendeu mais para o lado azeri, por haver um lobby judeu muito influente no país, e que estão alinhados com as posições políticas de Israel.

Em novembro de 2020, o governo russo conseguiu negociar um cessar-fogo com os beligerantes, promovendo um acordo entre as partes beligerantes. Embora a guerra total foi paralisada, o cenário continua desolador, dessa vez para os armênios, alguns dos quais tiveram que fugir de suas residências com a retomada dos territórios vizinhos a NK pela frente militarizada azeri. Mesmo com o cessar-fogo, movimentações pontuais tanto das forças armênias quanto azeris ocorrem, o que demonstra uma incerteza a respeito dos resultados do acordo.

6 ANÁLISE LEGAL DO CONFLITO

Em 1917, com a Revolução Russa, houve um vácuo de poder na região, o que permitiu ao NK se declarar independente, assim como a Armênia, que também reclamou NK e outras regiões de maioria armênia.

Segundo KRÜGER (2010), o estabelecimento do princípio de *uti possidetis* seria uma derivação do princípio de eficácia no direito internacional. Assim, portanto, quem de fato ocupasse a terra teria direito de possuí-la. NK é parte originalmente integrante do Azerbaijão desde 1991. Por isso, em base do princípio do *uti possidetis* através do contexto histórico, o princípio pode ser usado sem um antecedente histórico ou eventos que precederam o direito internacional. O que importa é a validade na eficácia e no tempo que as fronteiras existentes foram administradas.

No caso da Iugoslávia, um país composto de várias etnias de diferentes origens, a fragmentação em novos Estados seguiu esse princípio, onde as fronteiras administrativas foram aproveitadas para estabelecer as fronteiras entre os novos países. Esse critério, de forma analógica, portanto, pode ser aproveitado também no caso de NK, fazendo parte então do Azerbaijão, por estar incorporado ao país desde a época soviética.

De acordo com o art. 31 da Convenção de Viena para Direito dos Tratados, a garantia territorial também está incluída nas regiões autônomas. Como NK não conseguiu sua independência no período soviético, não pode se emancipar e continuou parte do Azerbaijão.

Até mesmo sem o princípio do *uti possidetis* o território de NK seria do Azerbaijão, pois durante a história na região, NK nunca foi independente, sendo dominado por turcos e iranianos, antes do controle russo. Para o Azerbaijão, a renúncia de NK está fora de cogitação (KRÜGER, 2007), sendo resguardado pelo direito de integridade territorial presente na Constituição Azerbaijani-Soviética de 1978, que continuou como direito do Azerbaijão no momento de transição política com o fim da União Soviética.

Embora a independência de NK não seja defendida pela maioria dos Estados-Nação existentes atualmente, a sua autonomia deve ser preservada. E para isso, usa-se de uma resolução da Corte Internacional de Justiça (CIJ), aplicada no caso do Kosovo, de forma comparativa, para entender o direito que deve ser preservado a NK.

De acordo com a Resolução 633, A Assembleia Geral das Nações Unidas pediu à CIJ para que manifestasse uma opinião recomendável da questão de “declaração unilateral de independência pelas Instituições Provisórias de Autogoverno do Kosovo de acordo com o direito internacional”. Conforme o examinado pela corte, a declaração não viola o direito internacional, a Resolução 1244 do CS e o quadro constitucional.

Mesmo com sua natureza recomendatória, muitas discussões afloraram em diferentes sociedades sobre as consequências dessa conclusão da CIJ, e se seria algo a ser adotado universal ou nesse caso em particular. No caso, a opinião da CIJ não deve ser interpretada de forma universalista, e sim baseado em situações específicas, como na do direito de autodeterminação dos povos desenvolver-se em situações no caso de povos de territórios não autogovernáveis cuja população é sujeita a tipos de alienação que subjagam, dominam e exploram. A CIJ também aduz que o princípio de integridade territorial está restrito a questão da relação entre Estados. A decisão 16012 da CIJ afirma que “a declaração de independência de 17 de fevereiro de 2008 deve ser considerada dentro do contexto factual que levou a sua adoção”.

De acordo com o contexto legal da autonomia de Nagorno Karabakh, é preciso remontar ao direito soviético. No art. 72 que se refere ao direito de sucessão, na Constituição soviética, está escrito o direito de livre retirada da URSS, embora na prática esse direito era difícil de ser alcançado. O Azerbaijão, durante o momento em que se tornou república (1918-20), nunca incluiu o território de NK como seu, e a república soviética socialista do Azerbaijão reclamou essa mesma configuração. NK foi inserido pelo Partido Comunista em 1921, através de medidas legais e constitucionais.

O Azerbaijão deve, portanto, respeitar a autonomia de NK, e não tem direito de abolir a autonomia dessa província, que estava sob a jurisdição soviética. Caso houver esse desrespeito, então vislumbra-se a possibilidade de a província reclamar por sua independência ou se integrar ao território armênio, por constituírem um único povo.

7 CONCLUSÃO

A partir da fundamentação histórica, do concerto da política internacional, das decisões históricas de organizações internacionais e princípios de direito internacional, e com

a fundamentação com teorias de Relações Internacionais e da Geopolítica, conclui-se que o conflito entre Armênia e Azerbaijão possivelmente demorará um longo tempo para ser resolvido, se é que o será. Ambos os países não renunciarão de seus territórios e de suas ambições territoriais, que estão intrincadas com a sua sobrevivência enquanto Estado, Nação e povo e a sua existência geoeconômica e geopolítica.

As configurações territoriais realizadas pelo Império Russo e posteriormente pela União Soviética influenciaram significativamente nos conflitos que seguiram na região, e a atual Rússia ainda é um grande ator regional, juntamente com a Turquia. O conflito é de interesse também das potências europeias, preocupadas com o fluxo dos hidrocarbonetos e com a instabilidade política local, que pode afetar países próximos e assim por em risco também a segurança do continente europeu.

Em meio a um sentimento agressivo armênio de sobrevivência étnica e expansão territorial, e de um sentido protecionista azeri pelo controle de seu território, observa-se um cenário de impasse. O poder da atividade econômico do petróleo e os interesses de adquirir territórios para uma maior inserção regional são pontos determinantes na configuração de alianças dos azeris com outros países e principalmente com a Turquia.

Sob a égide da normatividade, a autoproclamação de independência de Nagorno-Karabakh é legítima. No entanto, para que o território seja visto como um Estado, é preciso de reconhecimento internacional pelos países. O princípio de integridade territorial, argumento defendido por Azerbaijão e a maioria dos países do mundo, dificulta um cenário promissor para a independência de Nagorno-Karabakh, uma vez que a integridade territorial é analisada como mais importante para a maioria dos Estados contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABAYEV, Azer; SCOCH, Bruno; SPRANGER, Hans Joachim (orgs.). **The Nagorno-Karabakh: insights from successful conflict settlements**. 2020. Editora Springer VS.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 884**. 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/884>>. Acesso em: 30/05/21.

CORNELL, Svante E. **Small nations and great powers: a study of ethnopolitical conflicts in the Caucasus**. 2005. Taylor & Francis e-Library.

COUNTRY STUDIES. **Armenia**. Disponível em: <<http://countrystudies.us/armenia/>>. Acesso em: 01/06/21.

HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH (HIK). **Conflict Barometer**. 2021. Disponível em: <https://hiik.de/wp-content/uploads/2021/03/ConflictBarometer_2020_1.pdf>. Acesso em: 01/06/21.

INSTITUTE FOR CULTURAL RELATIONS POLICY. **National question in Central Europe: democratic responses to unresolved national and ethnic conflicts**. 2013. Budapest. P. 181-190.

ISMAILZADE, Fariz. **Russia's energy interest in Azerbaijan: a comparative study of the 1990s and the 2000s**. 2006. Editora GMB. Londres.

KEYMAN, E. Fuat; GUMUSCU, Sebnem. **Democracy, identity and foreign policy in Turkey: hegemony through transformation**. 2014. Palgrave Macmillan. Londres.

KRAMER, Heinz. **A changing Turkey: challenges to Europe and United States**. 2000. Brookings Institution Press.

KRÜGER, Heiko. **Nagorno Karabakh: a legal analysis**. 2010. Springer.

MELLO, Leonel I. A. **Quem tem medo de Geopolítica?**. 1999. Editora Hucitec; Edusp.

MINGST, Karen A. **Princípios de relações internacionais**. 2009. 4ª edição. Editora Elsevier. Rio de Janeiro - RJ.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. 2005. Editora Campus.

NYGREN, Bertil. **The rebuilding of Greater Russia: Putin's foreign policy towards the CIS countries**. 2008. Routledge. Nova Iorque.

OSCE. **Statements by the OSCE Minsk Group co-chair countries**. 2009. Disponível em: <<https://www.osce.org/mg/51152>>. Acesso em: 30/05/21.

OTAN. **Lisbon Summit Declaration**. 2010. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_68828.htm>. Acesso em: 01/06/21.

SAPAROV, Arséne. **From conflict to autonomy in Caucasus: The Soviet Union and the making of Abkhazia, South Ossetia and Nagorno Karabakh**. 2015. Routledge. Nova Iorque.